



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

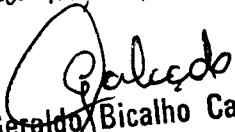
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI No. 012/01

Declara de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Civil Casas de Educação, mantenedora do Colégio Sagrado Coração de Maria com sede nesta cidade.

A C. L. J. R.

Ubá - MG 12/03/01



Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Civil Casas de Educação, mantenedora do Colégio Sagrado Coração de Maria com sede nesta cidade, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 12 de março de 2001.


Vereador Rogério Batalha

Colégio Sagrado Coração de Maria

Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio
Praça São Januário, 276 – Fone: (032) 3531- 5281 Fax (032) 3532- 2622
CEP 36500-000 – Ubá – MG

Ubá, 5 de março de 2001

Àos Exm^{os}. Sr^s. Vereadores
Câmara Municipal de Ubá
nesta

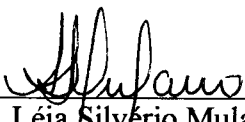
No ano em que completa 90 anos de sua fundação, a comunidade educativa do Colégio Sagrado Coração de Maria de Ubá, vem dar a conhecer a todos a que possa interessar, um relatório das ações sociais e filantrópicas que esta entidade vem há anos desenvolvendo junto à comunidade ubaense, na fidelidade do carisma de seu fundador, Padre Jean Gailhac.

O Colégio Sagrado Coração de Maria vem marcando a vida de gerações, desde sua fundação em 1911, seja na formação acadêmica de muitos dos que hoje são liderança em Ubá e em toda Minas Gerais, como também na caminhada de todos aqueles que tiveram suas dificuldades atenuadas porque foram beneficiados, direta ou indiretamente, pela sua filantropia.

Muitas são as formas pelas quais o Colégio Sagrado Coração de Maria tem contribuído para a construção de um futuro melhor em nossa cidade, forjando hoje o cidadão de amanhã. Neste sentido é que damos a conhecer a esta Câmara dos Vereadores, que é a casa do povo e da democracia, que seria de muita importância para todos os que fizeram e fazem história conosco, ver o Colégio Sagrado Coração de Maria ser reconhecido oficialmente como entidade de utilidade pública municipal. Tal gesto simbólico seria um marco na comemoração destes 90 anos a serviço da comunidade ubaense.

Com as mais diletas e respeitosas considerações, encaminhamos em anexo relatório de nossos projetos e ações sociais e filantrópicos.

Fraternalmente,



Léia Silvério Mulano
Diretora

RELATÓRIO DAS AÇÕES SOCIAIS E FILANTRÓPICAS DO COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA – UBÁ

I – Clube de Mães

Reune-se toda 3ª feira, de 13:00 às 17:00. Formado por mães, amigos do colégio e voluntários em geral. Existe há 7 anos e atende a uma média de 50 famílias mensalmente. Atualmente conta com a média de 30 voluntários que confeccionam enxovais para bebês e dão orientação e apoio às gestantes carentes de Ubá e região. Trata-se de atividade subsidiada pelo Instituto do Sagrado Coração de Maria.

II – Grupo de Jovens

Reune-se semanalmente, no turno da tarde, de acordo com horário de consenso entre o grupo. As reuniões têm 1 hora de duração e destinam-se à reflexão e planejamento de atividades. Existe há 4 anos. Atualmente conta com a média de 15 voluntários (7ª série ao 3º ano) e trabalha com crianças carentes do Bairro São João, dando aulas de reforço e realizando momentos de recreação, celebração etc num espaço físico recuperado e cedido pela diocese, na própria comunidade. Nossos jovens estão presentes todas as tardes da semana neste projeto, conforme escala de trabalho.

III – Grupo Solidária Idade

Reune-se semanalmente, no turno da tarde, durante 1 hora, de acordo com horário de consenso entre o grupo. Trabalha com os idosos do Asilo São Vicente de Paula, em atividades recreativas e de apoio. Atualmente conta com média de 20 voluntários (5ª série) e existe há 1 ano.

IV – Curso Pré-Vestibular Noturno

Existe há 3 anos e tem sido uma alternativa viável para as famílias de baixa renda que não podem arcar com os custos de um cursinho pré-vestibular comum. Subsidiado pelo Instituto do Sagrado Coração de Maria, oferece aulas e apostilas a 4 turmas, sendo 3 de 60 alunos cada e 1 de 50 alunos, atendendo a uma média de 230 alunos por ano. Mantendo praticamente o mesmo quadro de professores do curso diurno, este curso pré-vestibular tem se destacado pela qualidade e pelo grande número de aprovação em universidades e faculdades de nossa região.

V – Curso de Informática

Há 4 anos, subsidiado pelo Instituto do Sagrado Coração de Maria, o Colégio capacita jovens e adultos com um curso de informática dividido em módulos: básico, windows, excel e power point. O aluno recebe apostila completa e trabalha num moderno laboratório de informática, equipado com computadores pentium, kit-multimídia e conectados à internet. Semestralmente o curso beneficia cerca de 70 alunos, formando 2 turmas de 35 alunos cada.

VI – Campanhas Assistenciais

Além de suas regulares ações sociais e filantrópicas, durante o ano letivo o Colégio Sagrado Coração de Maria engaja-se em campanhas e parcerias com a comunidade, a fim de levantar donativos para entidades assistenciais, como creches, APAE, asilo etc. Todos os que fazem parte da comunidade educativa são sensibilizados a ajudar aqueles que mais necessitam. Destacamos a “campanha do brinquedo” que há 4 anos vem fazendo mais alegre o Natal de crianças carentes do Bairro São João e proximidades, promovendo em dezembro, em parceria com pessoas da comunidade, grande festa natalina.

VII – Curso de Corte & Costura

Durante o ano 2000 oferecemos à comunidade carente aulas de corte e costura, num espaço adequado, com dezenas de máquinas, mesa de corte e professora com anos de experiência e prática. Distribuídos em 2 turmas, cerca de 40 jovens puderam aprender os passos básicos para caminharem numa nova profissão.

VIII – Bolsas de estudo e ajuda financeira a entidades

Sendo o Colégio Sagrado Coração de Maria uma entidade sem fins lucrativos, 20% da receita total é revestido em bolsas de estudos para os alunos carentes da comunidade. Também contribuímos financeiramente com o Patronato São José e o Lactário Anália Franco.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.618.984/0002-09		CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		DATA DE ABERTURA 23/10/1970	VALIDADE DO CARTÃO 30/06/2002
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCACAO					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COLEGIO SAGRADO CORACAO DE MARIA					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.31-8 - SERVICOS SOCIAIS COM ALOJAMENTO					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO					
LOGRADOURO PCA SAO JANUARIO		NÚMERO 276	COMPLEMENTO		
CEP 36500-000	BAIRRO/DISTRITO		MUNICÍPIO UBA		UF MG
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE					
CPF DO RESPONSÁVEL 376.833.147-49		SITUAÇÃO ESPECIAL			

APROVADO PELA IN/SR/ Nº. 54/98

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atesto para os devidos fins, que o Colégio Sagrado Coração de Maria, com sede à Praça São Januário, 276, nesta cidade de Ubá, MG, inscrita no CGC 33.618.984/0002-09, mantido pela SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCAÇÃO, com sede à Rua Cura d'Ars, 62 – Prado – Belo Horizonte, MG, está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias desde 22/ junho / 1911, sendo a sua atual diretora constituída dos seguintes membros, de reconhecida idoneidade moral, nada constando que desabone a conduta dos mesmos.

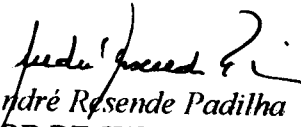
Diretora: Maria Célia Rodrigues
RG M-26-426
CPF: 050.971.936-87
End: Av. Dr. Jacinto Soares de S. Lima, 451 – Ubá/ MG

Secretária: Eva Terezinha Dias Maciel
RG M 35.358
CPF: 818.108.578-72
End: Av. Dr. Jacinto Soares de S. Lima, 451 – Ubá/ MG

Tesoureira: Noemi Fernandes de Jesus
RG M – 273.629
CPF: 156.056.556-04
End: Av. Dr. Jacinto Soares de S. Lima, 451 – Ubá/ MG

Atesto, outrossim, que a referida entidade não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício específico destas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações aos seus dirigentes e destina a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de suas finalidades.

Ubá, MG, 17 de agosto de 2000


André Resende Padilha
PROMOTOR DE JUSTIÇA DE UBÁ-MG

2º TABELIONATO - AIMAR
 AV. RAUL SOARES, 11 - CENTRO
 UBA - MG - TEL.: (032) 531-5666

Reconheço por semelhança — a — firma — de:
 André Ricardo Radina, sou *de*

em 05.9
 Uba, 18 de *de* da Verdade

ANDREANO GOMES PEREIRA
 Escrevente Jurementado

COMARCA DE UBA - MG

2º TABELIONATO
 Av. Raul Soares, 11 - 531-5666
 Bel. - Aimar dos Santos Ribeiro

TABELIÃO

ESCRIVANHAS:

Andreano Gomes Pereira
 Bel. - Angelo Gomes Ribeiro
 Gustavo Gomes Ribeiro
 Patricia Gomes Ribeiro

AUXILIARES

Guilherme Gomes Ribeiro
 Juliana Gomes Ribeiro

12

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

CERTIFICADO DE ENTIDADE DE FINS FILANTRÓPICOS

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, para os fins previstos na LEI n.º 3.577 de 04 de Julho de 1959 e de acordo com a competência atribuída a este Conselho pelo Art. 1.º, do Decreto n.º 1.117, de 01 de Junho de 1962, com as alterações previstas no Decreto n.º 72.819, de 21-09-1973, **RESOLVE** expedir o presente Certificado à SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCAÇÃO, sediada no Rio de Janeiro Estado da Guanabara, mantenedora das seguintes entidades: 1) Escola São José, São Paulo-SP; 2) Escola Madre Maria de Aquino, Vitória-ES; 3) Colégio Sagrado Coração de Maria, Jardim Europa, São Paulo-SP; 4) Colégio Sagrado Coração de Maria, Belo Horizonte - MG; 5) Colégio Sagrado Coração de Maria, Ubá-MG; 6) Colégio Sagrado Coração de Maria, Vitória-ES; 7) Colégio Sagrado Coração de Maria, Rio de Janeiro-GB; 8) Colégio Sagrado Coração de Maria, Curitiba-PR; 9) Colégio Sagrado Coração de Maria, Brasília DF, conforme DECISÃO proferida em Sessão realizada em 08 de novembro de 1973, julgando o Processo nº 237.316/73, reformando a decisão de 02 de outubro daquele ano, no mesmo processo, ficando sem efeito o certificado expedido em 27 de novembro de 1973.

2. Os benefícios do presente Certificado serão extensivos às entidades mantidas acima mencionadas.

CNSS-Brasília, 27 de novembro de 1973.



Hélio Pereira Viégas
Hélio Pereira Viégas

Presidente

AD

Obs.: A matéria constante do Certificado foi regulamentada pela Portaria n.º 172 de 09-10-1973 da Secretaria da Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Autenticação
 Confere com o original e dou-lhe
 UBA 19 de fev. de 1974
 EM TESTE DA VE LAUE.
 JOSÉ FERNANDES CABRAL
 TABELÃO
 UBA — MINAS

Pagou o ônus devido ao BEMM.
 Data n.º 188 arquivada
 neste Cartório.
 UBA 19 de fev. de 1974
 [Assinatura]

JOSÉ FERNANDES CABRAL
 TABELÃO
 Maria do Carmo Carneiro Cabral
 SUBSTITUTA
 UBA — Minas Gerais

CARTÓRIO DO 2º. OFÍCIO
WALDO L O MORA DE OLIVEIRA
 ESCRIVENTE AUTORIZADO
 UBA — MG.

CMAS-BH

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE

CERTIFICADO

Certificamos que a Sociedade Civil Casas de Educação CGC nº 33.618.984/0001-28 sediada à Rua Cura D'Ars, 62 - Bairro Prado, inscreveu e registrou-se no Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte sob o número 0060.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 1998.

mmfictu
Vera Maria Neves Victor
Presidente CMAS-BH

Cartório do 4º Ofício de Notas Belo Horizonte - Minas Gerais Av. Amazonas, 491 - Loja 01 - Ed. Dantes Fone: (031) 226-2514	
AUTENTICAÇÃO CONFERE COM O ORIGINAL Dou fé. B.Hte Em test. <u>22 OUT 1999</u> da verdade	
Tabellão: <input type="checkbox"/> Dr. Dirceu Pinto de Oliveira <input type="checkbox"/> Tabella substituta: <input type="checkbox"/> Dra. Letícia Pinto de Oliveira Escreventes substitutos: <input type="checkbox"/> Kleber Vicente Mello <input type="checkbox"/> José Eustáquio Melo Costa	

... a partir da data de emissão.

18-10-1998
CMAS-BH
Rua Cura D'Ars, 62 - Bairro Prado
Belo Horizonte - MG
Fone: (031) 226-2514

ORIGINAL
CONFERIDO
CARTÓRIO
DO 42 OF

Rafael
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS-MG
Rua Tupis, 149 - 15.º Andar - Centro
30190-060 - Belo Horizonte - MG

DECRETO Nº 52.874 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1963

Declara de utilidade pública a Sociedade Civil "Casas de Educação", com sede no Estado da Guanabara.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal e atendendo ao que consta do Processo M. J. N. I. 24.272, de 1963, decreta:

Artigo único. É declarada de utilidade pública, nos termos do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o art. 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 50.517, de 2 de maio de 1961, a Sociedade Civil "Casas de Educação", com sede no Estado da Guanabara.

Brasília, 20 de novembro de 1963;
142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Alcides Jurema

(Nº 6.165 — 18-2-64 — Cr\$
1.020.000)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS

ALVARO CÉSAR DE MELLO CASTRO MENEZES

OFICIAL

ALMIR ALEXANDRINO DA SILVA

OFICIAL SUBSTITUTO

Av. Franklin Roosevelt, 126-2.º S/205 Tel.: 52-9918

Prot. - 9.072/L-A/1

Ord. - 4.042/L-A/3

Em 15 de outubro de 1955

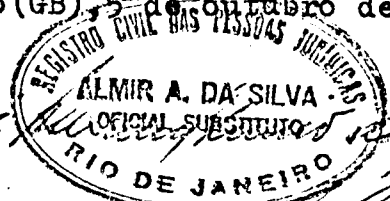
3- Cópia da Certidão do Registro dos Estatutos

Eu, ALVARO CÉSAR DE MELLO CASTRO MENEZES, Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado da Guanabara.

Certifico que no livro "A" número três, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas deste Cartório, dele consta, sob o número de ordem quarenta mil e quarenta e dois o registro da reforma de estatuto da "SOCIEDADE/CIVIL CASAS DE EDUCAÇÃO", feito a requerimento de Maria da Silveira Santos, sua Diretoria e representante legal, em quinze de outubro de mil novecentos e sess, digo, mil novecentos e cincoenta e cinco e, na mesma data apontado sob o número de ordem nove mil e setenta e dois, do Protocolo, livro "A" número um. O estatuto reformado da referida Pessoa Jurídica, foi publicado por extrato em o número duzentos e vinte e quatro, do Diário Oficial do dia trinta de setembro de mil novecentos e cincoenta e cinco, ficando arquivados neste Cartório, um exemplar do mesmo Diário Oficial e outro do aludido estatuto reformado do qual consta a Diretoria da supra mencionada Pessoa Jurídica, e entregue os demais documentos ao seu representante legal, tudo de acordo com a legislação em vigor. E, para constar, onde convier, passo a presente certidão, que subscrevo e assino, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em cinco de outubro de mil novecentos e sessenta e seis./

SEIS, digo, seis. Eu, Almir Alexandrino da Silva, Oficial Substituto, subscrevo dou fé e assino.

Rio de Janeiro (GB), 5 de outubro de 1966



Almir Alexandrino da Silva

HAYRTON FREDERICO

TABELIÃO DO

4.º OFÍCIO DE NOTAS

Substituta:

IDALINA BELISARIO TÁVORA

1.º Autorizado:

JOSÉ SOARES DE C. FILHO

2.º Autorizado:

EDISON COELHO

Rua Buenos Aires, 24 - GB

tel. 28-3001

Reconheço a firma de:

Almir Alexandrino da Silva

Rio de Janeiro, de 19

Em test.

da verdade

COMARCA DE UBA - MG

2.º Tabelião

BEL - Almir das Neves, Ribeiro

Tabelião

ESCRITURANTES:

ANDREANO GOMES PEREIRA

ANGELO GOMES PEREIRA

GUSTAVO GOMES PEREIRA

PATRICIA GOMES RIBEIRO

ALEXANDRE GOMES RIBEIRO

GUILHERME GOMES RIBEIRO

JULIANA GOMES RIBEIRO

4.º OFÍCIO DE NOTAS
Tab. HAYRTON FREDERICO
Sub. Adm. Xaio dos Santos
Aut. Jose Soares C. Filho
Aut. Edison Coelho
Aut. Daltro de Souza Albuquerque

06 ABR 1970

Rio de Janeiro

original em 1.º de março de 1966

AUTENTICACAO

Certifico a autenticidade do presente documento, que confere com o seu original ora exibido

para este fim Dou fé.

Uba, 2 de dezembro de 1978

Em test. do verdade.

TABELIÃO DO 2.º OFÍCIO - UBA - MG

ANDREANO GOMES PEREIRA
ESCREVENTE JURAMENTADO

ESTATUTOS
DA
SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCAÇÃO



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, DOMICÍLIO, SEDE E FORO

Art. 1º - A Sociedade Civil Casas de Educação, abreviadamente SCCE, fundada em 4 de junho de 1925, sob a denominação de Sociedade Civil "Instituto de Educação", com personalidade jurídica adquirida com a inscrição de seu primitivo Estatuto no Cartório Dr. Álvaro Tefê (1º Ofício), registrado sob o nº de ordem 1.579, no Livro nº 3 do Registro de Sociedades Cíveis em 22 de junho de 1925, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, de prazo de duração indeterminado, de caráter beneficente, educacional e cultural.

Art. 2º - A Instituição tem domicílio, sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 3º - A Instituição tem por finalidade, na medida de suas possibilidades:

a) o estudo das ciências, letras, artes, filosofia, religião, etc, e a difusão ilimitada de seus ensinamentos por todos os meios que oferece a palavra escrita, falada e exemplificada;

b) a prática da caridade espiritual, moral e material, por todos os meios ao seu alcance;

c) contribuir para a instrução pública, a educação e promoção da coletividade, fundando e mantendo escolas em todos os níveis;

d) realizar a promoção humana de um modo geral;

e) empreender movimentos cívicos, sociais, culturais, educacionais, recreativos e congêneres;

f) coordenar e incentivar os movimentos em favor da infância, juventude e adultos em todos os níveis de desamparo, etc.

Art. 4º - Para a realização de tais finalidades, a instituição poderá criar ou manter, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos afins, elaborando regimento interno (RI) para o funcionamento de cada um deles.

Art. 5º - Dentro de suas possibilidades e na medida em que as circunstâncias o permitirem, a instituição poderá criar ou incorporar e desenvolver qualquer obra ou atividade que se enquadre em suas finalidades institucionais e sociais, como também criar e manter departamentos e órgãos tantos quantos sejam necessários ao seu funcionamento e ao desenvolvimento de suas finalidades.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 6º - A Instituição possui as seguintes categorias de associados:

- a) Fundadores;
- b) Contribuintes;
- c) Efetivos;
- d) Beneméritos

COMARCA DE UBA - MG
2º Tabelionato
DEL - Almar dos Santos Dibelro
Tabelião
ESCRITÓRIO
ANDREANO RODRIGUES FERREIRA
ANGELO RODRIGUES
GUSTAVO RODRIGUES
PATRICIA RODRIGUES

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Autenticação
Confere com o original e dou fé.
UBA, 22 DE ABRIL DE 1998
EM TESTE
TABELIÃO

REANUNCIANTE
JURAMENTADO

§ 1º - Os mencionados nas alíneas "a", "b" e "c" deste artigo, são denominadas de sócias.

§ 2º - Fundadores são as sócias que participaram da fundação da instituição.

§ 3º - Contribuintes são as pessoas físicas, maiores de 18 anos, que à instituição se associem, aceitando as suas prescrições estatutárias e regimentais.

§ 4º - Efetivos são as sócias pertencentes ao quadro social há mais de 6 (seis) meses.

§ 5º - Beneméritos são as pessoas físicas ou jurídicas que, pertencendo ou não ao quadro social, hajam prestado serviços relevantes à instituição.

§ 6º - A admissão da sócia dar-se-á através de proposta subscrita por uma sócia no pleno gozo dos seus direitos, só se concretizando após a sua aprovação pela Diretoria, em reunião da mesma.

§ 7º - Os sócios beneméritos serão indicados pela Diretoria, que encaminhará respectivas propostas ao Conselho Superior (CS), que as enviará à Assembleia Geral (AG), para fins de concessão dessa categoria se associados.

Art. 7º - São direitos das sócias no pleno gozo dos seus direitos:

a) quando sócia efetiva, tomar parte na discussão dos assuntos apresentados na AG, votar e ser votada;

b) frequentar a sede e gozar dos benefícios previstos nas normas estatutárias e regimentais;

c) propor novas sócias;

d) assistir às reuniões públicas;

e) solicitar à Diretoria, por escrito, informações relacionadas com a administração da instituição.

Art. 8º - São deveres das sócias no pleno gozo dos seus direitos:

a) cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais, e ainda as deliberações que, de acordo com as mesmas, a Diretoria e a Presidente tomarem;

b) participar à secretaria a mudança dos endereços da residência e do local de trabalho;

c) prestar à instituição todo o concurso espiritual, moral e material que lhe for possível;

d) prestigiar a instituição por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo;

e) aceitar os cargos e encargos para os quais venham a ser eleitas ou indicadas, exercendo-os com dedicação e boa vontade.

Art. 9º - A Diretoria poderá, no caso da inobservância das prescrições legais, estatutárias e regimentais, aplicar à sócia as penalidades de advertência, suspensão ou exclusão, de conformidade com a gravidade da falta cometida, segundo as normas regimentais.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 - São órgãos da Administração da instituição:

a) Assembleia Geral (AG);

b) Conselho Superior (CS);

c) Diretoria.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLÉIA GERAL



Art. 11 - A Assembleia Geral (AG) é o órgão máximo da instituição, composta das sócias efetivas e no pleno gozo dos seus direitos, e reunir-se-á sob a forma de Assembleia Geral Ordinária (AGO), anualmente, em dias que será designado pela Diretoria, no 1º trimestre, mediante prévia convocação pessoal por escrito, às aludidas sócias, e através da imprensa, feita pela Presidente, com o mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência, para os fins constantes da convocação.

§ 1º - Considerar-se-á instalada a AGO, em primeira convocação, quando presentes a metade e mais uma das sócias efetivas e no pleno gozo dos seus direitos, e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número das sócias acima mencionadas.

§ 2º - As reuniões da AGO, serão sempre abertas pela Presidente ou por sua substituta legal, competindo-lhe verificar a regularidade da convocação e a presença do número legal de sócias efetivas, para declarar a Assembleia instalada.

§ 3º - A Mesa dos Trabalhos da AGO será composta da Presidente e das secretárias da instituição ou, em sua ausência, de 2 secretárias "ad hoc" escolhidas pela Presidente e, quando for o caso, de 2 escrutinadoras também pela mesma escolhidas; no caso de haver impugnação de atos administrativos da Diretoria, a Presidente solicitará à Assembleia a indicação de uma sócia efetiva para presidência.

§ 4º - Quando se tratar de eleição dos membros do CS, a Presidente convidará as sócias efetivas a proceder, por aclamação ou escrutínio secreto, à eleição dos mencionados membros.

§ 5º - Realizada a eleição, a Presidente proclamará eleitos os membros do CS, dando-lhes posse imediata, mediante termo de posse lavrado no Livro próprio.

§ 6º - Em caso de empate, será considerada eleita a sócia mais antiga; persistindo o empate, a mais idosa.

§ 7º - As deliberações da AGO serão tomadas por maioria simples de votos das sócias efetivas presentes, com exceção dos casos específicos previstos nos Estatutos, tendo a sua Presidente o voto de desempate.

§ 8º - No final de cada AGO a ata será lida, discutida e aprovada pela Assembleia e assinada pela Presidente e secretárias.

Art. 12 - São as seguintes, além de outras previstas nos Estatutos, as atribuições da AGO:

- a) eleger e empessar anualmente 1/3 (um terço) dos membros do CS;
- b) tomar conhecimento, anualmente, do parecer do CS sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração da receita e da despesa, e a prestação de contas da Diretoria, referentes ao exercício anterior de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e sobre eles deliberar;
- c) deliberar sobre os assuntos que forem levados ao seu conhecimento, satisfeitas as prescrições legais, estatutárias e regimentais.

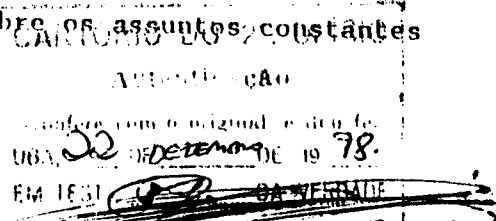
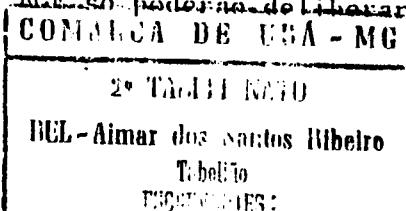
Parágrafo Único - a AGO prorrogará os seus trabalhos por tantos dias quantos se fizerem necessários.

Art. 13 - A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) será convocada, tantas vezes quantas se fizerem necessárias, nos seguintes casos:

- a) mediante deliberação da Diretoria ou da Presidente;
- b) mediante requerimento escrito, dirigido à Presidente, assinado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do CS;
- c) mediante requerimento escrito, dirigido à Presidente, assinado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) das sócias efetivas;
- d) para deliberar sobre o parecer do CS em caso de alienação de imóveis.

Art. 14 - A AGE funcionará de modo idêntico à AGO, naquilo que lhe competir.

Art. 15 - A AGO e a AGE não poderão deliberar sobre os assuntos constantes da convocação.



CAPÍTULO VI

DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 16 - O Conselho Superior (CS) é composto de 12 membros, sendo 1/3 (um terço) de suas integrantes eleitas anualmente pela AGO, com mandato de 3 (três) anos, por aclamação ou escrutínio secreto, e pela mesma empossadas, podendo ser re-eleitas.

§ 1º - O CS reunir-se-á ordinariamente no 1º trimestre de cada ano, antes da realização da AGO, em dia que será designado pela Diretoria, mediante prévia convocação pessoal por escrito, às conselheiras, e através da imprensa, feita pela Presidente, com o mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência, para os fins constantes da convocação, emitindo parecer por escrito sobre o relatório da administração, encaminhando à AGO.

§ 2º - Considerar-se-á instalado legalmente o CS, e, a convocação, quando presentes a metade e mais uma das conselheiras, e, e, 2ª e última convocação, 30 minutos após, com qualquer número de conselheiras.

§ 3º - As vagas que ocorrerem no CS serão preenchidas por eleição do CS e serão homologadas na primeira AG que se realizar.

§ 4º - As reuniões do CS serão sempre abertas e presididas pela Presidente ou por sua substituta legal, competindo-lhe verificar a regularidade da convocação e a presença de número legal de conselheiras, para declarar o CS instalado.

§ 5º - A Mesa dos Trabalhos do CS será composta da Presidente e das secretárias da instituição ou, em sua ausência, de 2 secretárias "ad hoc" escolhidas pela Presidente, dentre os membros do CS e, quando for o caso, de 2 escrutinadoras também pela mesma escolhidas e pertencentes ao Conselho.

§ 6º - Quando se tratar de eleição da Diretoria, a Presidente convidará as conselheiras a proceder, por aclamação ou escrutínio secreto, a eleição dos membros da citada Diretoria, dentre as pertencentes ao CS.

§ 7º - Realizada a eleição, a Presidente proclamará eleitos os membros da Diretoria, dando-lhes posse imediata, mediante termo de posse lavrado no livro próprio.

§ 8 - Em caso de empate, será considerada eleita a sócia mais antiga, e persistindo o empate, a mais idosa.

§ 9 - As deliberações do CS serão tomadas por maioria simples de votos das conselheiras, com exceção dos casos específicos previstos nos Estatutos, tendo a Presidente o voto do desempate.

§ 10. No final de cada reunião do CS, a ata será lida, discutida e aprovada pelo CS, e assinada pela Presidente e secretárias.

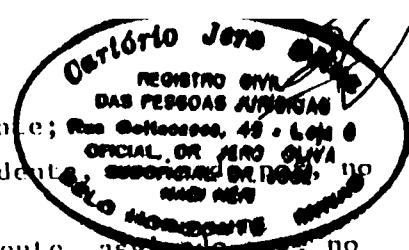
§ 11 - O comparecimento de outras pessoas, além de seus membros, às reuniões do CS, somente será permitido quando a convite ou convocação dos membros, mediante autorização da Presidente da mesma.

§ 12 - A conselheira que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ordinárias, sem causa justificada, será considerada como tendo renunciado ao seu cargo.

Art. 17 - São as seguintes, além de outras previstas nos Estatutos, as atribuições do CS:

- a) eleger e empossar, trienalmente, a Diretoria da instituição;
- b) enviar anualmente à AGO o relatório da Administração, com o seu respectivo parecer;
- c) dar parecer sobre a aquisição ou a alienação de imóveis, e nesta última hipótese, enviá-lo à AGE para estudo e deliberação;
- d) autorizar a Diretoria a realizar, quando por ela solicitado, operações financeiras em benefícios da instituição, quando superiores a 500 vezes o maior salário mínimo vigente no país.

Art. 18 - O CS será convocado em caráter extraordinário, tantas vezes quantas se fizerem necessárias, nos seguintes casos:



- a) mediante deliberação da Diretoria ou da Presidente;
- b) mediante requerimento escrito, dirigido à Presidente, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do CS;
- c) mediante requerimento escrito dirigido à Presidente, assinado, no mínimo, 2/3 (dois terços) das sócias efetivas no pleno gozo dos seus direitos;
- d) para apreciar proposta enviada pela Diretoria, de reforma dos Estatutos, enviando-a à AGE com seu parecer.

Art. 19 - O funcionamento do CS em caráter extraordinário será idêntico ao em caráter ordinário, naquilo que lhe competir.

Art. 20 - No caso de surgir alguma dúvida ou discordância entre o CS e a Diretoria da Instituição, será convocada uma AGE, para decidir um última instância.

§ 1º - Quando ocorrer o fato mencionado no "Caput" deste artigo e a convocação for de iniciativa da Diretoria, caberá à Presidente tomar todas as providências estatutárias para a realização da AGE; quando a convocação for da iniciativa do CS, caberá à Presidente, após o recebimento do requerimento assinado por, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do CS, tomar todas as providências estatutárias para a realização da AGE.

§ 2º - A AGE respectiva será convocada pela Presidente, até o máximo de 15 (quinze) dias a contar da ata da deliberação da Diretoria ou do recebimento do requerimento dos membros do CS.

Art. 21 - O CS reunido em caráter ordinário ou extraordinário só poderá deliberar sobre os assuntos constantes da convocação.

CAPÍTULO VII

DA DIRETORIA

Art. 22 - A instituição é administrada por uma Diretoria composta de 5 (cinco) membros eleitos dentre os membros do CS, com os seguintes cargos:

- a) Presidente
- b) Vice- Presidente
- c) 1ª Secretária
- d) 2ª Secretária
- e) Tesoureira.

§ 1º - O mandato dos membros da Diretoria é de 3 (três) anos, podendo os mesmos ser reeleitos.

§ 2º - A Diretoria será eleita, trienalmente, no 1º trimestre, na reunião ordinária do CS, por aclamação ou escrutínio secreto, tomando posse na mesma ocasião, mediante termo de posse lavrado no Livro próprio.

§ 3º - Os membros do CS eleitos para a Diretoria, permanecerão no exercício das suas funções no mencionado Conselho.

Art. 23 - Compete à Diretoria:

- a) dirigir e administrar a instituição, de conformidade com as disposições estatutárias e regimentais;
- b) decidir sobre medidas administrativas;
- c) deliberar sobre assuntos de interesse da instituição, obedecendo as normas estatutárias e regimentais;

d) atender aos preceitos estatutários contidos nos Art. 3º ao 5º, que lhe digam respeito, na medida de suas possibilidades;

e) criar tantos departamentos e órgãos quantos necessários, os quais terão os seus regimentos internos elaborados, aprovados e reformados pela mesma, que poderá extingui-los quando julgar conveniente;

COMARCA DE UBA - MG

2ª TABELA

DEL-Aimar dos Santos Figueira

Tabelião

ESCRIVÃO

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Autenticação

22 de dezembro de 1998

EM TESTE

TABELIÃO

- f) homologar a designação ou dispensa das dirigentes dos departamentos e órgãos, feita pela Presidente;
- g) designar substitutas, para as dirigentes dos departamentos e órgãos, em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso;
- h) cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais;
- i) autorizar despesas e pagamentos, quando superiores a 300 vezes o maior salário mínimo vigente no país;
- j) deliberar sobre as admissões e as exclusões de associados;
- l) deliberar sobre as admissões e as exclusões de funcionários;
- m) providenciar a execução de quaisquer reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da instituição;
- n) conceder a seu critério, empréstimo de bem imóvel;
- o) designar ou dispensar, a seu critério, diretoras e dirigentes de departamentos e órgãos, para exercer cumulativamente outros cargos ou funções;
- p) designar previamente as datas das reuniões da AG, do CS e da Diretoria, quando da sua iniciativa;
- q) conceder licenças solicitadas pela Presidente;
- r) propor reforma dos Estatutos ao CS.

§ 1º - As vagas que ocorrem na Diretoria serão preenchidas em caráter transitório por membros do CS indicado pela Diretoria o qual tomará posse imediata devendo a Diretoria dar conhecimento da indicação ao CS a fim de que este esteja em caráter definitivo, na 1ª reunião que realizar.

§ 2º - A Diretoria reunir-se-á em caráter ordinário, mensalmente, em data por ela escolhida e, em caráter extraordinário, quando convocada pela Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 3º - As reuniões da Diretoria serão iniciadas legalmente com a presença, no mínimo, da metade e mais um dos seus membros e as suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, com exceção dos casos específicos previstos nos Estatutos tendo a Presidente o voto de desempate.

§ 4º - A ausência de qualquer membro da Diretoria a 3 (três) reuniões consecutivas, ordinárias e/ou extraordinárias, sem causa justificada, será considerada como renúncia tácita do respectivo cargo.

§ 5º - As dirigentes dos departamentos e órgãos comparecerão às reuniões da Diretoria, por convocação ou convite da mesma ou da Presidente, ou por solicitação das mesmas, sem direito a voto.

§ 6º - O comparecimento de outras pessoas, além de seus membros e das dirigentes dos departamentos e órgãos, às reuniões da Diretoria, somente será permitido quando a convite ou convocação da própria Diretoria ou da Presidente da reunião, ou a convite de uma das diretoras, mediante autorização da Presidente.

§ 7º - A Diretoria poderá designar seus assessores, atribuindo aos mesmos incumbências de interesse da instituição, a seu critério.

CAPÍTULO VIII

DA ATRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 24 - As atribuições dos membros da Diretoria, além de outras previstas nos Estatutos, são as previstas nos parágrafos abaixo:

§ 1º - Compete à Presidente:

- a) dirigir e administrar a instituição, na esfera das suas atribuições;
- b) representar a instituição por si ou por sua delegação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

- d) organizar e manter em ordem e em dia, todos os serviços da secretaria;
- e) assessorar a Presidente durante as reuniões;
- f) redigir e encaminhar à Presidente a correspondência a ser expedida, dentro das suas atribuições;
- g) ler nas reuniões o expediente recebido e que deva ser submetido à apreciação da Diretoria;
- h) colaborar com as diretoras e com as dirigentes dos departamentos e órgãos, quando solicitarem;
- i) identificar os interessados a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pela Presidente;
- j) instruir os requerimentos e outros papéis que devam ser despachados pela Presidente e dar parecer ou citar os dispositivos a que se refiram;
- l) apresentar à Presidente os dados necessários relativos à secretaria, para sua inclusão nos relatórios anuais, colaborando na sua elaboração;
- m) providenciar a divulgação de editais, portarias e demais documentos oficiais, após assinados pela Presidente;
- n) substituir a Vice-Presidente em seus impedimentos eventuais, cumulativamente com as suas funções;
- o) assumir a presidência da instituição, no duplo impedimento da Presidente e da Vice-Presidente.

§ 4º - Compete à 2ª Secretária:

- a) colaborar com a 1ª secretária;
- b) lavrar todas as Atas das reuniões da instituição;
- c) manter na devida ordem os documentos arquivados;
- d) substituir a 1ª secretária em seus impedimentos eventuais, cumulativamente com as suas funções.

§ 5º - Compete à Tesoureira:

- a) arrecadar as receitas da instituição, inclusive mensalidades, etc, depositando-as em estabelecimento bancário escolhido pela Diretoria;
- b) recolher ao (s) estabelecimento (s) bancário (s), os saldos julgados disponíveis pela Diretoria, até 2 dias úteis após o seu recebimento;
- c) efetuar os pagamentos autorizados pela Diretoria ou pela Presidente;
- d) assinar cheques, ordens de pagamento, passar recibos;
- e) trazer rigorosamente em ordem e em dia e escriturados com clareza e precisão, os livros da tesouraria;
- f) apresentar os balancetes mensais e submetê-los à aprovação da Diretoria;
- g) elaborar o balanço e a demonstração da receita e da despesa, de cada exercício, para ser integrado ao relatório anual da Diretoria;
- h) fiscalizar e superintender todo o serviço de cobrança, tomando as medidas necessárias para que o mesmo se mantenha em ordem e em dia;
- i) assinar, juntamente com a Presidente, os balancetes, balanços;
- j) elaborar e submeter à Diretoria, na sua reunião ordinária, do mês de dezembro, a previsão orçamentária para o exercício seguinte, para fins de exame e deliberação;
- l) prestar à Diretoria ou à Presidente, a qualquer momento, quando solicitada, todos os esclarecimentos necessários, sobre os serviços e atividades da Tesouraria, verbalmente ou por escrito, conforme lhe seja pedido, exibindo talões de cheques, cadernetas dos estabelecimentos bancários onde existir dinheiro ou valores da instituição, apresentando também importâncias e documentos existentes na Tesouraria ou em outros locais, sob a sua responsabilidade;
- m) manter em ordem e em dia o cadastro geral das sócias.

CAPÍTULO IX

DO PATRIMÔNIO

Art. 25 - Constituem o patrimônio da instituição:

- a) os bens móveis e imóveis, títulos de renda, valores, fundos ou depósitos bancários, que possua ou venha a possuir;
- b) os auxílios, subvenções, doações, legados, rendas, donativos, mensalidades, receitas e congêneres;
- c) qualquer renda sem destino prévio, bem como tudo quanto for por ela adquirido.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 - É vedada a remuneração pelo exercício dos cargos da Diretoria e do Conselho Superior, e a distribuição de lucros, bonificações, vantagens ou dividendos, como também do patrimônio da Instituição, ou de suas rendas, a dirigentes, benfeitores, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto; a instituição aplicará integralmente os seus recursos na manutenção e desenvolvimento, no país, dos seus objetivos institucionais e sociais, revertendo qualquer eventual saldo de seus exercícios financeiros, em benefício da manutenção e ampliação de suas finalidades sociais e institucionais, e/ou de seu patrimônio.

Art. 27 - Sendo a Sociedade uma Instituição sem fins lucrativos, os seus membros não são co-proprietários e não usufruem lucros de qualquer natureza, dando apenas o seu trabalho para que a sociedade atinja os fins colimados, e, sendo seus dependentes, recebem apenas os direitos humanos naturais como sejam, alimentação, veste, moradia, educação, tratamento de saúde, transporte e congêneres.

Art. 28 - A instituição mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão e publica anualmente no Diário Oficial ou em outro jornal, a demonstração de suas receitas e despesas realizadas no período anterior, desde que contemplada com subvenção oficial, neste mesmo período.

Art. 29 - As associadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais assumidas pela instituição.

Art. 30 - A Diretoria elaborará e aprovará o Regimento Interno (RI) da instituição, dentro do prazo de 60 dias, contando a partir da data da entrada em vigor dos presentes Estatutos.

§ 1º - As dirigentes dos departamentos e órgãos existentes na instituição, na data da entrada em vigor dos Estatutos, apresentarão subsídios aos seus respectivos RI, que serão elaborados e aprovados pela Diretoria dentro do prazo de 60 dias, contando a partir da data da entrada em vigor dos presentes Estatutos.

§ 2º - As Dirigentes dos departamentos e órgãos que forem criados após a entrada em vigor dos Estatutos apresentarão subsídios aos seus respectivos RI, que serão elaborados e aprovados pela mencionada diretoria, dentro do prazo de 60 dias, contado a partir da data de sua criação.

§ 3º - A Diretoria reformará os RI citados neste artigo, quando julgar conveniente.

Art. 31 - Nas reuniões da instituição ou de quaisquer de seus poderes, órgãos, departamentos e congêneres, não é permitida a representação por meio de procuração.

Art. 32 - A instituição não responde pelos compromissos assumidos pelos estabelecimentos associados, a não ser nos casos em que expressamente tenha declarado fazê-lo mediante instrumento idôneo, na forma das leis vigentes, e dentro das normas estatutárias e regimentais.



Art. 33 - Pela demissão, saída, abandono ou outra forma qualquer, da instituição, a nenhuma sócia será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações, sob qualquer título, forma ou pretexto, por possuir apenas aquela condição de sócia.

Art. 34 - Os casos omissos nos presentes Estatutos serão resolvidos pela Diretoria.

Art. 35 - A instituição só poderá ser extinta por sentença judicial ou por decisão da AGE convocada exclusivamente para esse fim.

Parágrafo Único: No caso de dissolução da instituição, todo o seu patrimônio reverterá em benefício da instituição ou instituições que a AGE respectiva determinar, registrada (s) no GNSS, obedecida as normas legais.

Art. 36 - Estes Estatutos depois de aprovados pela Assembléia Geral (AG) deverão ser publicados em extrato no Diário Oficial deste Estado e registrados no Cartório competente, após o que, entrarão em vigor.

Art. 37 - Os presentes Estatutos após entrarem em vigor, poderão a qualquer tempo ser reformados, obedecidas as prescrições constantes dos mesmos.

Art. 38 - Estes Estatutos entrarão em vigor na data do seu registro no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta cidade, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1976

Os presentes Estatutos foram aprovados pela Assembléia Geral, realizada no dia 29 de fevereiro de 1976 e a alteração do art. 29 na Assembléia Geral Extraordinária do dia 25 de setembro de 1986.

A presente cópia dos Estatutos confere com o original.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 1986

COMARCA DE UBA - MG

2º Tabelionato

1º Tabelião
NEL - Amar dos Santos Ribeiro
Tabelião

ESTUDANTES:
ANDREANO GOMES PEREIRA
ANGELO GOMES RIBEIRO
GUSTAVO GOMES RIBEIRO
PATRICIA GOMES RIBEIRO

ATUANTES:
ALEXANDRE GOMES RIBEIRO
GUILHERME GOMES RIBEIRO
JULIANA GOMES RIBEIRO

Maria Auxiliadora Machado
Presidente

CARTORIO JERO OLIVA - REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
OFICIAL: DR. JERO OLIVA
SUBOFICIAL: DR. JOSE NADI NERI
Rua Goltacases, 43 - Loja 6 - Fone: 224-3373 - Belo Horizonte

CERTIDÃO
CERTIFICO que o presente documento, por mim
numerado e rubricado, confere com o que se encontra
arquivado em cartório, conforme registro n.º 66.268
de 11/10/86, datado de 20 de Novembro de 1986. Dou fé.
Belo Horizonte, 11 de Outubro de 1987

AUTENTICAÇÃO

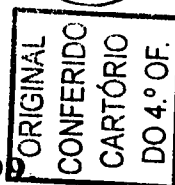
Certifico a autenticidade do presente documento, que confere com o seu original ora exibido para este fim. Dou fé.

Uba, 22 de Dezembro de 1988.

Em test. da verdade.

TABELIAO DO 2º OFICIO - UBA - MG

ANDREANO GOMES PEREIRA



Ata da 282ª Assembléia Geral da Sociedade Civil

“Casas de Educação” realizada no dia 29 de novembro de 1999

Assunto: Eleição da nova Diretoria Geral da Sociedade e dos membros do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sede da Sociedade Civil “Casas de Educação”, à rua Cura d'Ars, 62 – Prado, Belo Horizonte – Minas Gerais, realizou-se a Assembléia Geral Eletiva das sócias da referida Sociedade. A assembléia foi convocada por ofício da Diretora Presidente, encaminhado a cada sócia, no dia 16 de novembro. Às 8:00 horas, conforme marcado, foi feita a 1ª convocação mas, não estando presente o número legal de sócias, só às 8:30 horas a Diretora Presidente, Marina Freitas de Queiroz abriu a sessão. Cumprimentando as presentes, Marina Queiroz lembrou o objetivo da assembléia: eleição da Diretoria Geral da Sociedade e dos membros do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, para o próximo triênio. Apoiada no parágrafo 5º do Artigo 14º dos Estatutos, convidou as sócias a elegerem, para presidir a Assembléia, uma presidente, duas secretárias e duas escrutinadoras. A Assembléia demonstrou o desejo de eleger estes membros por aclamação e, após algumas sugestões de nomes, foram aclamadas: para presidente Terezinha Cecchin, para ocupar o cargo de secretárias Maria Auxiliadora Machado e Maria dos Anjos Marques e para escrutinadoras Maria de Lourdes Vasconcellos e Carlinda Silva. Seguiu-se o processo de eleição da Diretoria, também por aclamação, como foi proposto. Antes, foi lembrado que os membros atuais da Diretoria, Maria Aparecida da Rocha Moreira e Maria Auxiliadora Machado, assim como o membro do CAEF, Maria de Lourdes Machado, não podem ser reeleitas, por já estarem exercendo estas funções há seis anos. Elogiando o trabalho exercido nos últimos três anos, pela atual Diretora Presidente, a sócia Maria Cristina Caetano sugeriu a reeleição de Marina Freitas de Queiroz, o que foi apoiado pela assembléia, numa viva aclamação. Do mesmo modo, foram aclamadas para continuar nos cargos de Diretora Vice-Presidente, Lúcia Pereira de Rezende e de 1ª e 2ª secretárias, as sócias Maria Helena Morra e Antonietta Augusta Semprini de Abreu, respectivamente. Em relação às tesoureiras, alguns nomes foram levantados, mas a assembléia se inclinou a favor das sócias Terezinha Cecchin e Maria de Lourdes Machado, que já prestaram outros serviços na Diretoria e Conselho e estão capacitadas para assumir estes cargos. Assim, por aclamação, foram eleitas, respectivamente, 1ª e 2ª tesoureiras. Completado o quadro da Diretoria, passou-se à eleição, também por aclamação, dos membros do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais. Para continuar exercendo esta função foram aclamadas Maria José Teixeira e Maria Cristina Caetano que, como suplente, havia assumido o cargo, no impedimento da conselheira eleita, Marília da Paz Bellini. Foi aclamada como terceiro membro, a sócia Maria de Lourdes Vasconcellos e, como suplentes, as sócias Odette Pereira Machado e Therezinha Octaviano Diniz. Terminadas as eleições, a presidente da assembléia proclamou eleitos os membros da Diretoria geral e do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais para o mandato de três anos, a partir da data de 30 de novembro de 1999, lavrando o termo de posse no Livro próprio. Ficou assim constituída a Diretoria geral: Diretora-Presidente Marina Freitas de Queiroz, Diretora Vice-Presidente Lúcia Pereira de Rezende, 1ª secretária Maria Helena Morra, 2ª secretária Antonietta Augusta Semprini de Abreu, 1ª tesoureira Terezinha Cecchin, 2ª tesoureira Maria de Lourdes Machado. O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais: Maria José Teixeira, Maria Cristina Caetano e Maria de Lourdes Vasconcellos. Suplentes: Odette Pereira Machado e Therezinha Octaviano Diniz. A

CIDADE CIVIL CASAS DE EDUCAÇÃO



Rua Cura d'Ars, 62 - Prado
30.410-110 - Belo Horizonte - MG
Fones: (0-xx 31) 334-5730; 332-1910; Tel/Fax 372-0192
E mail rscm@microplanet.com.br

Diretora-Presidente reeleita, Marina Freitas de Queiroz, agradeceu à assembléia o apoio recebido durante os três anos de seu mandato à frente da Sociedade e, em seu próprio nome e no das sócias eleitas, mostrou o reconhecimento de todas pela confiança que lhes é depositada e o desejo de poderem contar com a colaboração das sócias para que a Diretoria, investida da responsabilidade de dirigir a Sociedade nos próximos três anos possa, com empenho e eficiência, trabalhar tendo em vista a realização dos objetivos da Sociedade. Agradecendo a presença e a participação de todas, a presidente da Assembléia, Terezinha Cecchin, encerrou a sessão da qual, eu Maria Auxiliadora Machado, secretária dos trabalhos, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada pela Assembléia, será assinada por todas as presentes.

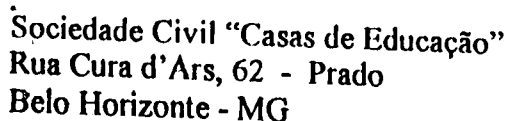
- Maria Auxiliadora Machado
Marina Freitas de Queiroz
Terezinha Cecchin
Maria Aparecida da Rocha Moreira
Antonietta Augusta Semprini de Abreu
Maria de Lourdes Vasconcellos
Maria dos Anjos Marques
Maria Cristina Caetano
Maria Helena Morra
Odete Pereira Machado
Maria de Lourdes Machado
Carlinda da Silva
Ecila Martins da Costa
Leocadia Maria Ferreira de Mello
Maria José Teixeira
Lúcia Pereira de Rezende
Maria Enelita Freire de Mello
Ermelinda Pereira Gonçalves
Maria da Silveira Santos
Stella Tavares Cardoso
Philomena Carneiro Baião
Ilza Cortez
Maria Isabel da Silva
Augusta Maria da Fonseca
Gneiz da Costa
Alga Soares Monteiro
Iai Beatriz Ferreira
Maria Glória da Silva
ny de Alcantara
uny de Azevedo
lelita Rosa Kahler
Edith Lamy de Miranda
Larietta Mendes
Maria do Carmo Gomes
Ivia da Rocha Costa
nnita Tomazzi
ovita Nazara Marques
icentina Santos
arisa Costa
aria Lúcia Araújo da Silva

Cartório do 4º Ofício do Notas Belo Horizonte - Minas Gerais Av. Amazonas, 491 - Loja 01 - Ed. Dante Fone: (031) 233-2514		Tabela de Escrituras Móveis Imóveis	
AUTENTICAÇÃO CONFERE COM O ORIGINAL		Tabela de Escrituras Móveis Imóveis	
Dou fé. B.H.te Em test. da verdade		Tabela de Escrituras Móveis Imóveis	

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Oficial: Dr. José Nadi Néri
Av. Afonso Pena, 732 - 2º andar - Belo Horizonte - MG - Telefax: 224-3878
SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCAÇÃO - SCCE.
AVERBADO(A) sob o nº 68 no registro 66.268, no Livro A, em 13/12/1999.
Belo Horizonte, 13/12/1999. Escrevente Substituta: Ana Paula Néri Rocha
Emolumentos: R\$2,00 - Receita Adicional: - Total: R\$2,00



Marina Freitas de Queiroz
Diretora - Presidente



ATA DA 1ª REUNIÃO DA DIRETORIA GERAL DA SOCIEDADE CIVIL "CASAS DE EDUCAÇÃO", EM 1998, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO.

Assunto: Diretoria dos Colégios.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sede da Sociedade Civil "Casas de Educação", à rua Cura d'Ars, 62 -Prado, Belo Horizonte - MG, reuniu-se a Diretoria Geral da Sociedade, convocada pela Diretora-Presidente, Marina Freitas de Queiroz. O objetivo da reunião foi avaliar o desempenho das diretorias dos Colégios mantidos pela Sociedade, em 1997 e rever a sua composição. Abrindo a reunião, Marina Queiroz acolheu os membros da Diretoria presentes, desejando que o novo ano de atividades seja abençoado com bons resultados, de acordo com os objetivos da Sociedade. Justificou a ausência da Diretora Vice-Presidente, Lúcia Pereira de Rezende e, a seguir, passou a fazer comentários sobre o funcionamento de cada colégio, no ano anterior. Falou sobre o empenho demonstrado pelos membros das Diretorias, para que as atividades educacionais decorressem de acordo com os princípios da filosofia proposta pela Sociedade. A tesoureira, Maria Aparecida da Rocha Moreira, que acompanhou o setor administrativo dos colégios, falou sobre as medidas tomadas para que a parte econômica se mantivesse equilibrada, num ano de tantas dificuldades para todos os empreendimentos do país. Dando prosseguimento à reunião, Marina Queiroz mostrou a necessidade de se fazer algumas alterações nas diretorias, mostrando que poderão ser mantidos os mesmos membros somente nos Colégios do Rio de Janeiro e de Ubá. A secretária do Colégio de Brasília, Maria do Carmo Carneiro Miranda solicitou seu afastamento, por estar assumindo outros trabalhos da Sociedade em São Paulo. Aceitando o seu pedido, foi indicada para assumir suas funções em Brasília a sócia Audília Conceição da Cunha, que é a secretária do Colégio de Belo Horizonte. Para substituí-la em Belo Horizonte foi sugerido o nome de Terezinha Cecchin que, tendo sido consultada, aceita prestar este serviço à Sociedade. Marina Queiroz ainda propôs uma troca de diretoras entre os Colégios de Vitória e Belo Horizonte, passando a sócia Maria dos Anjos Marques para Belo Horizonte e Maria Auxiliadora Machado para Vitória, o que foi aceito pelos membros da Diretoria. Ainda foi vista a necessidade de se demitir a sócia Judith Caliman de suas funções de tesoureira do Colégio de Vitória, por estar sobrecarregada com outros trabalhos. A sócia Ilza de Lourdes Rocha, que já é uma eficiente auxiliar na secretária do Colégio de Vitória poderá passar a ser a titular e a atual secretária, Maria Auxiliadora Simões Gomes tem possibilidade de assumir a tesouraria. Como a Diretora Presidente já havia feito os contatos e consultas necessárias, os membros da Diretoria Geral presentes à reunião foram de acordo com as modificações e ficaram assim constituídas as Diretorias: Colégio Sagrado Coração de Maria, Rua Tonelero, 56 - Copacabana, Rio de Janeiro - Diretora: Lúcia Pereira de Rezende, Secretária: Maria da Conceição Carneiro, Tesoureira: Odila Saldanha da Gama; Colégio Sagrado Coração de Maria, Rua São João, 276, Ubá - Minas Gerais - Diretora: Maria Célia Rodrigues, Secretária: Terezinha Dias Maciel, Tesoureira: Noemi Fernandes de Jesus; Colégio Sagrado Coração de Maria, Rua Professor Estêvão Pinto, 400 - Serra, Belo Horizonte - Diretora: Maria dos Anjos Marques, Secretária: Terezinha Cecchin, Tesoureira: Odette Pereira Machado; Colégio Sagrado Coração de Maria, Rua Coração de Maria 315 - Praia do Canto, Vitória, Espírito Santo - Diretora: Maria Auxiliadora Machado, Secretária: Ilza de Lourdes Rocha, Tesoureira:

Maria Auxiliadora Simões Gomes; Colégio Sagrado Coração de Maria, HCG/ Norte - Quadra 702, Conjunto C, Brasília - Distrito Federal - Diretora: Maria José Teixeira, Secretária: Audília Conceição da Cunha, Tesoureira: Nise Costa. A Diretoria Geral da Sociedade Civil "Casas de Educação" acha-se assim constituída: Diretora-Presidente: Marina Freitas de Queiroz, Diretora Vice-Presidente: Lúcia Pereira de Rezende, 1ª Secretária: Maria Helena Morra, 2ª Secretária Antonietta Augusta Semprini de Abreu, 1ª Tesoureira: Maria Aparecida da Rocha Moreira, 2ª Tesoureira: Maria Auxiliadora Machado. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual lavrei a presente ata, que será assinada por mim, 2ª secretária, pela Diretora-Presidente e demais membros da Diretoria.

a) Antonietta Augusta Semprini de Abreu

Marina Freitas de Queiroz

Maria Auxiliadora Machado

Maria Helena Morra

Maria Aparecida da Rocha Moreira.

Declaro, que esta via da Ata da 1ª Reunião da Diretoria Geral da SCCE confere com o original, lavrado em livro próprio.

Belo Horizonte, 02 de março de 1998

Marina Freitas de Queiroz
Diretora - Presidente

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: Dr. José Nadi Néri

Av. Afonso Pena, 732 - 3º andar - Belo Horizonte - MG - Telefax: 224-3878

SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCAÇÃO - SCCE.

AVERBADO(A) sob o nº 59 no registro 66.268, no Livro A, em 06/03/1998.



Belo Horizonte, 06/03/1998. Escrivente: Lincoln Cunha Viana

COMARCA DE UBA - MG
2º TA ILLENATO
BEL - Almar dos Santos Ribeiro
Tabelião
ESCREVENTES:
ANDREANO GOMES PEREIRA
ANGELO GOMES RIBEIRO
GUSTAVO GOMES RIBEIRO
PATRICIA GOMES RIBEIRO
ALEXANDRE GOMES RIBEIRO
GUILHERME GOMES RIBEIRO
JULIANA GOMES RIBEIRO

emolumentos: R\$ 1,00
taxa adicional: R\$ 0,34
total: R\$ 1,34

AUTENTICAÇÃO

certifico a autenticidade do presente documento, que confere com o seu original ora exibido para este fim Dou fé.

Uba, 06 de dezembro de 1998.

Em testº.

TABELIÃO DO 2º. OFÍCIO - UBA - MG

ANDREANO GOMES PEREIRA
ESCREVENTE JURAMENTADO